

# De Gaza à Avenida Paulista: repercussões e usos do conflito entre Israel e o Hamas na política brasileira (2023-2024)

---

**Michel Gherman**

**Misha Klein**

**Resumo:** Neste texto analisamos as repercussões no Brasil do conflito palestino-israelense a partir da sua representação e as respostas e apropriações políticas que se seguiram. O artigo analisa três eventos ocorridos no Brasil após 7 de outubro de 2023. Cada um deles adquiriu um novo significado no contexto político brasileiro, especificamente por elementos da direita e da extrema-direita.

**Palavras-chave:** Israel; judeus; política externa; Lula; bolsonarismo.

## **From Gaza to Avenida Paulista: Repercussions and Uses of the Conflict between Israel and Hamas in Brazilian Politics (2023-2024)**

**Abstract:** This article analyzes the repercussions of the Palestinian-Israeli conflict in Brazil based on its representation and the political responses and appropriations that followed. It analyzes three events that took place in Brazil after October 7, 2023. Each acquired a new meaning in the Brazilian political context, specifically by right-wing and far-right elements.

**Keywords:** Israel; jews; foreign policy; Lula; bolsonarism.

Nossa intenção<sup>1</sup> neste ensaio é produzir uma reflexão sobre as consequências e os resultados sentidos no Brasil em relação aos trágicos eventos ocorridos a partir do dia 7 de outubro de 2023, tanto em Israel quanto em Gaza.

Um pouco mais de oito meses depois dos ataques do Hamas contra comunidades no território israelense, acreditamos ter chegado o momento de analisarmos os usos políticos da memória tanto dos ataques do Hamas, como das respostas israelenses a eles, na política local brasileira. Enquanto reflexões e análises dominantes restringem esses debates ao campo da política internacional, aqui nós pretendemos estabelecer outros ângulos de análise, discutindo até que ponto os movimentos dos governos estaduais e federal influenciam e estabelecem consequências vinculadas à política local brasileira.

Nesse contexto, acreditamos ser importante entender até que ponto a ideia do “judeu imaginário” e da “Israel imaginária” (Gherman & Klein 2019) explicam os ecos de posicionamentos vinculados ao presidente Lula e aos governadores alinhados com o bolsonarismo na política nacional. Aqui nos interessa saber em que medida há um efetivo deslocamento entre o que acontece em Gaza e em Israel e os eventos ocorridos nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, que demonstram o uso político da invasão dos embates entre Israel e o Hamas desde outubro até os dias em que escrevemos estas linhas.

*[A]creditamos ser importante entender até que ponto a ideia do “judeu imaginário” e da “Israel imaginária” (Gherman & Klein 2019) explicam os ecos de posicionamentos vinculados ao presidente Lula e aos governadores alinhados com o bolsonarismo na política nacional.*

---

1. Julia Amaral, pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e doutoranda do programa de História Social, ambos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, é assistente de pesquisa no projeto em que este artigo está inserido.

**Michel Gherman** é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de História Social da mesma Universidade. Nessa instituição ele coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e o Laboratório Extremos: Política, Violência e Religião. Michel também é pesquisador do Centro Vidal Sasson de Estudos de Antissemitismo da Universidade Hebraica de Jerusalém.

**Misha Klein** é professora de Antropologia na Universidade de Oklahoma. Seu livro *Feijoada Kosher e outros paradoxos da vida judaica em São Paulo (versão em português no prelo, 2025)* trata da relação entre identidade étnica e nacional, com a comunidade judaica multicultural e transnacional servindo de ponto de entrada para a exploração dos significados de raça, classe e pertencimento.

Este ensaio não pretende, portanto, analisar os movimentos políticos do Brasil sob as tradicionais luzes das relações internacionais. Pretendemos propor o inverso disso, ou seja, analisar como a política internacional dos governos brasileiros afetam posicionamentos públicos sobre o atual estágio do conflito palestino-israelense.

Assim, a experiência de um professor judeu-brasileiro (casualmente um dos autores deste artigo) sendo atacado por estudantes judeus de direita em uma universidade (a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) pode explicar como categorias um dia usadas explicitamente para análises de cenários externos pousam e se estabelecem dentro do debate local (carioca e judaico) e nacional (da política brasileira). Da mesma forma, avaliamos como uma manifestação a favor de Jair Bolsonaro, ocorrida em São Paulo em fevereiro de 2024, se transforma em um ato pró-Israel. Por fim, nos interessa refletir como dois governadores pouco dados a agendas de relações internacionais são convidados para visitar Israel e transformam sua visita ao país em uma campanha política antecipada para a extrema-direita brasileira.

## **REAÇÕES LOCAIS E NACIONAIS: DIVERSAS E SINCRÔNICAS**

Os países em que os autores deste ensaio vivem foram envolvidos, cada um à sua maneira, nos processos de invasão, morte e destruição iniciados em outubro de 2023. Do Brasil e dos Estados Unidos, respectivamente, passamos a acompanhar os processos que o Hamas e o governo Netanyahu estabeleciam na região. De forma diversa, mas sincrônica, os governos Lula e Biden influenciaram, com sua política externa, as relações entre Palestina e Israel, ao mesmo tempo que estabeleciam resultados, de maneira imprevisível, nos seus cenários internos.

Se por um lado havia o jargão histórico de que “política externa não dá voto” (Onuki 2020), profundamente consolidado no centro do sistema eleitoral brasileiro, por outro lado tem havido sinais contundentes, nos últimos anos, de que setores políticos brasileiros se movimentavam, sim, para transformar em nacionais temas típicos da agenda internacional.

Como exemplos, podemos trazer debates organizados no Congresso Nacional e em várias assembleias estaduais, tanto pela esquerda como pela direita, sobre o conflito em Gaza e a suspeita de que o governo perdia popularidade justamente por discursos do presidente Lula relacionados à política externa do Brasil. Referimo-nos à pesquisa do Instituto Quest realizada no dia 5 de março de 2024, que mostrava acentuada queda na popularidade de Lula e que havia sido realizada alguns dias após uma fala do presidente que comparava as práticas de Israel em Gaza ao que “Hitler fez com os judeus”<sup>2</sup>.

---

2. “A comparação foi considerada exagerada por 60% dos entrevistados e por 69% dos evangélicos” (de Souza 2024).

Nos novos tempos em que vivemos, tempos de “mundo ao avesso”, nos termos de Leticia Cesarino (2022), começa a ficar claro que as redes sociais, as novas tecnologias de informação e novas identidades políticas fazem com que temas antes absolutamente ligados à política internacional passem a influenciar, também, os cenários da política interna.

Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, as correntes hegemônicas da política contemporânea observavam o desenvolvimento da nova fase do sangrento conflito entre Hamas e Israel a partir de perspectivas locais e específicas. Ao Norte, o trumpismo e os democratas incorporaram posições políticas externas ao debate interno de apoiadores e detratores. Por sua vez, no Brasil, bolsonaristas e “petistas”<sup>3</sup> pareciam fazer o mesmo, tentando garantir ganho político com relação a leituras específicas dos confrontos iniciados em 7 de outubro de 2023.

## **AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS NOVAS TEMPORALIDADES POLÍTICAS**

O proeminente historiador Tony Judt, em seu livro *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945* (Judt 2008), descreve uma visita que fizera a Viena, na Áustria. No texto, ele narra as cenas observadas ao caminhar pelas ruas dessa cidade no início dos anos 1990, justamente quando os regimes comunistas do Leste Europeu estavam entrando em colapso. Ali, ele descreve como via imigrantes e refugiados recém-chegados dos antigos países comunistas: esperançosos e desesperados, eles pareciam vir, nas palavras do autor, “de um lugar em um passado distante” (2008, 17). Durante uma etnografia que parece sobrepor pessoas de dois tempos distintos, refugiados do Leste da Europa, chegados à Áustria em busca da aceleração dos ponteiros da história, se encontravam com habitantes de Viena caminhando pelas ruas em meados da última década do século XX, adaptados à vida e à rotina contemporânea dos que viviam do lado de cá do muro.

Em um esforço lúdico e imagético de ilustração desse trecho do livro de Judt, podemos imaginar que os refugiados recém-chegados seriam representados com experiência preta e branca, enquanto os moradores de Viena que haviam ali sido criados estariam ilustrados em cores. Judt apresenta um cenário que mostra o encontro entre dois períodos distintos, duas épocas diferentes que se encontram em uma fronteira geográfica e territorial.

---

3. Referimo-nos aqui a setores democráticos da política brasileira, principalmente àqueles que resistiram ao bolsonarismo na campanha eleitoral de 2022.

No dia 7 de outubro de 2023, parecia que nós, tal qual Judt, também estávamos nas “dobras da História”. Era como se, ao encontrarmos duas pontas de temporalidades, encontrávamos passado e presente em um momento em que a compreensão do presente era impossível, enquanto o passado e o futuro pareciam fazer mais sentido. Categorias que usávamos até então para entender o conflito pareciam ter perdido o sentido em um evento específico. Da mesma maneira, as reações no Brasil faziam com que sentíssemos que as fronteiras entre dentro e fora, externo e interno haviam sido implodidas repentinamente.

Na dobradura dessa temporalidade, nos encontrávamos em um abismo de um lado, ao mesmo tempo que, de outro, havia a imposição de um passado traumático que servia para a compreensão de um futuro teimando em chegar aceleradamente. Dia 7 de outubro dava a impressão de ponteiros parados de um lado (o lado do trauma) e de aceleração inebriante de outro, eventos históricos que nos jogavam na dimensão processual e lenta para a transformação histórica dramática e pouco esperada (Pollak 1992).

Dia 7 de outubro nos fazia estar em um “lugar histórico”. Dava-nos a impressão de que o tempo se materializava naquilo que Pierre Nora (1993) chama de “lugar de memória”. Esse dia e os desenvolvimentos a partir de então se estabeleciam na fronteira entre tempo e monumento. Era como se essa data se divorciasse do calendário e estabelecesse significado próprio. Esse 7 de outubro poderia servir, acreditávamos então, como marcador de uma história. A data deixava de ser apenas um marcador de temporalidade linear e virava um monumento a uma nova época que insistia em nascer.

*No dia 7 de outubro de 2023 (...) [e]ra como se, ao encontrarmos duas pontas de temporalidades, encontrávamos passado e presente em um momento em que a compreensão do presente era impossível, enquanto o passado e o futuro pareciam fazer mais sentido. Categorias que usávamos até então para entender o conflito pareciam ter perdido o sentido em um evento específico. Da mesma maneira, as reações no Brasil faziam com que sentíssemos que as fronteiras entre dentro e fora, externo e interno haviam sido implodidas repentinamente.*

A invasão do Hamas e seus massacres seguidos da sanha genocidária do Exército de Israel (Gherman & Rocha 2023, 178) estabeleciam rupturas potentes com a memória do pós-guerra e seriam ressignificados como o início de um novo período.

Devemos dizer, entretanto, que os resultados nos surpreenderam ainda mais. Os ataques bárbaros do Hamas e a resposta sangrenta e desproporcional de Israel passaram a ter lugar relativamente central na política brasileira. Esse é o ponto que queremos discutir no presente artigo: como a data-monumento israelense-palestina do 7 de outubro se transformou em uma data política na agenda brasileira.

Assim, para explorar tais temas, pretendemos analisar, como dissemos acima, três eventos pós 7 de outubro que nos fazem pensar nesse momento de transformação “espaço tempo” que passamos. Aqui poderíamos utilizar o conceito do *cronotopo*, do teórico literário russo Mikhail Bakhtin (1997, 279), para pensar a relação ideológica entre as dimensões de espaço e tempo como fenômeno social. No caso, o princípio dialógico do *cronotopo* nos ajuda a entender que essas dimensões entram em diálogo no imaginário social para revelar eventos sociais como sendo constructos.

Nesse contexto, o fato de certos eventos serem marcos históricos se deriva do colapso do tempo anterior e posterior produzindo, assim, eventos-chave. Dessa forma, eventos ocorridos em um determinado lugar, nesse caso Israel, podem ocasionar repercussões fortes no outro lado do mundo, no nosso argumento, o Brasil. Essas ações e reações nos deixam com a sensação de estarmos desancorados no tempo e no espaço.

Nossa proposta é pensar no 7 de outubro como sendo um desses marcos históricos, não só para Israel, mas também para o Brasil. Os três eventos que discutiremos abaixo são indicadores dessa relação, construídos no tempo e no espaço emergente do *cronotopo*, que contribuem para a continuidade do imaginário dele emergente. Tais “três eventos” estão vinculados à política externa sendo utilizada por elementos restritos à política nacional brasileira. Um deles foi sentido pessoalmente por um dos autores do presente artigo.

Aludimos aqui aos seguintes eventos:

1. A palestra realizada na universidade PUC-Rio, de onde um dos autores deste texto foi expulso após ser impedido de falar;
2. A fala do presidente Lula que comparou o que ocorria em Gaza ao que “Hitler havia feito”;
3. A palestra que o governador Tarcísio Freitas fez em Ra’anana, Israel, a convite da comunidade brasileira naquele país.

## REAPARECIMENTO DO JUDEU IMAGINÁRIO NO ESPAÇO PÚBLICO

Logo depois dos eventos de 7 de outubro, enquanto ainda se conheciam as proporções da tragédia, havia a percepção de que aos poucos se consolidava uma nova realidade em Israel e na Palestina. O massacre perpetrado pelo grupo Hamas produziu um efeito perverso e potente no lado israelense. Em um mesmo dia, cerca de 1.200 pessoas, entre civis e militares, crianças e adultos, jovens e idosos perderam a vida de maneira vil e cruel. Muitos foram mortos dentro de suas casas, outros em atividades sociais, festas e atividades ao ar livre.

Dentre os mortos estavam habitantes de comunidades agrícolas e rurais (kibutzim e moshavim), todos localizados dentro dos territórios internacionalmente conhecidos de Israel. Nesse contexto, é importante notar que entre as vítimas estavam ativistas de direitos humanos e militantes da esquerda israelense que apoiavam a luta dos palestinos pela independência, tanto judeus quanto árabes<sup>4</sup>. A motivação dos ataques tinha relação com a suposta identidade israelense das vítimas e não era relacionada a suas possíveis filiações políticas ou definições étnicas<sup>5</sup>.

A proporção de vítimas (mais de mil pessoas em um dia), a maneira com que foram tratadas (as formas cruéis de violência, inclusive estupros e decapitações) e os locais atingidos (dentro do Estado de Israel e longe de qualquer contestação territorial) produziam condições ideais para o uso político pelo Estado de Israel da tragédia a partir de memórias subterrâneas<sup>6</sup> historicamente acionadas na sociedade israelense em momento de crise extremada. Nossa referência aqui é ao medo existencial e ao domínio absoluto do trauma, restritos a datas específicas e expressos por meio de ritos de memória especificamente vinculados às experiências do Holocausto (Zertal 2005).

A ideia de mais de um mil judeus serem assassinados em um mesmo dia acaba por promover comparações e vínculos com a Shoá<sup>7</sup>. Se esses vínculos poderiam permanecer no campo da “memória subterrânea” e do trauma, acionados apenas em ritos e cerimônias nacionais, é a instrumentalização deles que vai promover uma nova realidade política e criar condições concretas para que, final-

4. Dentre mortos e sequestrados houve mais de uma centena de cidadãos árabes de Israel.

5. Um dos maiores símbolos nesse sentido foi a morte de Vivian Silver. Moradora do Kibutz Beéri, ela era uma veterana e importante ativista pela paz e justiça entre palestinos e israelenses. Foi fundadora e diretora, dentre outras entidades, do Negev Institute for Strategies of Peace and Development e do Arab-Jewish Center for Equality, Empowerment and Cooperation. Além de ter sido membro do conselho diretor da B'Tselem, importante entidade de defesa de direitos humanos em Israel. Vivian foi uma das pessoas sequestradas e mortas em 7 de outubro de 2023 no ataque organizado pelo Hamas.

6. Referimo-nos à ideia de memória subterrânea proposta por Michael Pollak, que se estabelece a partir do conceito de referências “indizíveis”, colocadas no campo de traumas coletivos e que são acionadas em condições políticas específicas (Pollak 1989).

7. Referência hebraica-israelense ao Holocausto.

mente, a resposta que não foi dada então (nos anos do Holocausto) seja dada hoje (nos pós 7 de outubro de 2023)<sup>8</sup>.

É importante notar que a noção de Holocausto como perspectiva de construção de pertencimento foi extremamente bem-sucedida no que diz respeito à relação da diáspora judaica com Israel. Viagens para a Polônia, em projetos como Marcha da Vida, e material pedagógico centrado na experiência de perseguição judaica e no antissemitismo nazista tiveram grande circulação nos círculos sionistas da diáspora nos processos de produção pedagógica do século XXI<sup>9</sup>.

Afora isso, a tendência de “judaicização” do genocídio acabou efetivamente por colocar o Holocausto como referência central na pedagogia sionista<sup>10</sup>. Nesse sentido, ele não estaria restrito a experiências do passado, mas estaria principalmente vinculado com “lições para o futuro”. Assim, a experiência do massacre do 7 de outubro poderia acionar ideologicamente a experiência da Shoá para perceber os acontecimentos daquele dia como sendo mais um capítulo da mesma violência “contra o povo judeu”.

Naturalmente, para isso é necessário promover uma rude descontextualização dos eventos, estabelecer vínculos inexistentes entre algozes diferentes e produzir uma des-historização radical da ideia de vítimas judias em que a ideia do judeu fosse ontologicamente vinculada ao papel de vítima. Nesse contexto, quando houvesse população judaica atacada, teríamos uma percepção de continuidade entre outros ataques em outros momentos e os ataques ocorridos hoje.

Da mesma forma, ao lado dessa des-historização radical do judeu-vítima, teríamos a des-historização do algoz não judeu. Como em uma dialética metafísica, judeus e não judeus se reencontram nos papéis de vítimas e algozes, reproduzindo papéis iguais em contextos e temporalidades diferentes.

Nesse contexto, a ideia de que o que ocorre no conflito palestino-israelense seria a continuação da perseguição aos judeus na Europa dos anos 1930 e 1940 precisa de um retorcimento histórico, em que seria necessária descontextualização his-

---

8. “O Holocausto continua a ser um trauma fundador na sociedade israelense. É impossível exagerar o seu efeito no processo de construção da nação. Há uma histeria na vida israelense que decorre diretamente dessa fonte. O trauma do Holocausto deixa uma marca indelével na psicologia nacional, no teor e conteúdo da vida pública, na condução das relações exteriores, na política, educação, literatura e nas artes”. (Elon 1971, 198-199 apud Bar-Tal & Bar-Tal).

9. Referimo-nos aqui à chamada “revolução da pedagogia da Shoá”, tendo como marco os programas da Marcha da Vida, visitas de alunos judeus a campos de concentração e extermínio. Se antes a educação judaico-sionista se limitava à utilização de textos e materiais didáticos que incluíam a experiência do Holocausto como uma radicalização da experiência judaica diaspórica de perseguição e sofrimento, a nova pedagogia da Shoá serve como fortalecimento de laços identitários e centralidade de uma percepção nacional do judaísmo. Nessa nova pedagogia, materiais didáticos são substituídos pelos testemunhos de sobreviventes do Holocausto e pelo investimento em viagens a lugares de memória e campos de extermínio na Europa do Leste. Nessa perspectiva, os marcos de ensino da Shoá passam a ocupar espaços ainda mais centrais e absolutos na educação e na identidade judaica da diáspora e em Israel (Gherman 2012).

10. É fato que isso vai influenciar a identidade e a pedagogia judaicas como um todo, mas aqui gostaríamos de nos concentrar especificamente no uso político e nacional que a pedagogia sionista fez do tema (Milgram 2011).

tórica nas motivações dos ataques aos cidadãos israelenses em 2023. Aqui haveria a absolutização do judeu como vítima, ao mesmo tempo que os ativistas do Hamas, que produziram o massacre de outubro, seriam entendidos como continuadores dos nazistas enquanto algozes.

Essas continuidades ideológicas podem parecer desconectadas de qualquer sentido lógico e histórico, mas parecem ter sido muito bem aproveitadas pela coalizão de extrema-direita de Benjamin Netanyahu, que, já nos dias depois dos eventos de 7 de outubro, utilizou uma retórica que incluía o tema do Holocausto para se referir ao massacre do Hamas.

Esse uso político não é novo. De fato, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu tem instrumentalizado o Holocausto desde o início de sua carreira política. Importante notar que instrumentalizações emocionais em momentos de crise facilitam essas atitudes. O diplomata Alon Pinkas (2024) afirmou que “para Netanyahu todo dia é 1938, e que as universidades americanas são a Alemanha nazista”. Mas o que aconteceu depois de outubro de 2023 é diferente disso.

Desde o ataque do Hamas, o governo de Israel se articulou a partir da ideia de que os judeus estão diante de uma nova “ameaça nazista”. Como exemplo, trazemos a fala do político da extrema-direita e ministro da Economia, Bezalel Smotrich<sup>11</sup>, que afirmou, ao ser informado de que a maioria dos palestinos apoiava as atitudes do Hamas em 7 de outubro, que “na Cisjordânia existem dois milhões de nazistas” (Keller-Lynn & Magid 2023)

*[A] ideia de que o que ocorre no conflito palestino-israelense seria a continuação da perseguição aos judeus na Europa dos anos 1930 e 1940 precisa de um retorcimento histórico, em que seria necessária descontextualização histórica nas motivações dos ataques aos cidadãos israelenses em 2023. Aqui haveria a absolutização do judeu como vítima, ao mesmo tempo que os ativistas do Hamas, que produziram o massacre de outubro, seriam entendidos como continuadores dos nazistas enquanto algozes.*

11. Ministro Smotrich é proveniente do partido nacional religioso. De fato, dentro do sionismo religioso Smotrich está vinculado aos seus setores mais extremistas, ligados ao messianismo político, e ingressou no governo em aliança com a extrema-direita israelense (kahanista).

Seria um equívoco pensar, entretanto, que essas posições são localizadas apenas no cenário interno israelense e que apenas representantes de partidos de extrema-direita, no caso de Smotrich, tivessem se apropriado da narrativa de que “o Hamas são os novos nazistas”. Um sinal da expansão desse tema no governo de Israel foi a presença de Gilad Eldan, embaixador israelense na ONU, usando uma réplica da estrela amarela característica da perseguição dos nazistas aos judeus durante o Holocausto.

As consequências aos ataques do Hamas afetaram a política e a vida das comunidades judaicas em alguns lugares fora de Israel. A noção de desequilíbrio inédito nas forças entre israelenses e palestinos (no caso, Hamas) e o uso consistente da memória do Holocausto afetaram, de maneira importante, locais distintos e contextos diferentes.

O Brasil pós 7 de outubro pode ser uma boa representação dessa nova realidade. O uso político da “Israel imaginária”<sup>12</sup> (Gherman & Klein 2021; Gherman 2022) por setores internos da extrema-direita brasileira volta a ser acionado fortemente depois do ataque do Hamas.

## **DE GAZA AO RIO DE JANEIRO: USOS POLÍTICOS LOCAIS**

Aqui seria importante entender que, ao contrário do que ocorria em outras operações do Exército de Israel em Gaza<sup>13</sup>, as reações no Brasil ao ataque do Hamas e à resposta de Israel estão longe de ser parte de um debate apenas sobre política externa. Se, em outras ocasiões, as reações ficavam restritas a notas do Ministério das Relações Exteriores ou a atuações no âmbito do Itamaraty ou, ainda, no âmbito político de interessados nesses temas, o que ocorreu a partir de outubro de 2023 é de outro tamanho. A mobilização nesse caso está também na ordem da política interna.

Partidos, grupos e setores da direita e da esquerda que atuam, majoritariamente, em torno de temas nacionais e locais (da política brasileira) incluíram o tema do confronto entre Gaza e Israel como central em sua agenda política. O debate ocorrido na PUC do Rio de Janeiro no dia 10 de outubro de 2023 pode ser um dos sinais desse fenômeno. Nessa ocasião, o tema Israel/judeus foi novamente “apropriado” pela extrema-direita brasileira.

---

12. A noção de Israel imaginária é a categoria desenvolvida por Gherman e Klein, que acionam uma percepção específica dos judeus e de Israel no interior da extrema-direita. Como Israel e judeus (e aqui não há clara distinção entre ambas as ideias) ocupam um lugar relativamente central nesse discurso político, percebemos um processo de apropriação desses conceitos por esses grupos. Nesse sentido, a Israel imaginária bem como o judeu imaginário, em usos distintos, porém relacionados, seriam representantes de valores de branquitude, militarismo, ultracapitalismo e fundamentalismo religioso no cardápio político ideológico da extrema-direita (Gherman & Klein 2021).

13. Entre 2008 e 2023 ocorreram cinco operações do Exército de Israel no território de Gaza. A de 2023 ocorreu depois do ataque do Hamas em 7 de outubro.

Foi justamente por esse motivo que uma colega, amiga e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro havia organizado um painel na sua universidade. Entre mortos e feridos e a descoberta das reais proporções do massacre, a proposta do painel era entender e avaliar quais seriam seus efeitos políticos em curto e médio prazo. Por ser entre um final de semana e um feriado, imaginávamos que o público não seria grande, mas era importante responder à crise, iniciar o debate e criar um “observatório do conflito” com análises contínuas sobre seus desenvolvimentos e consequências.

O que os organizadores do evento não haviam entendido é que o ataque do Hamas e as (ainda iniciais) respostas israelenses tinham resgatado as dinâmicas típicas do “judeu imaginário”, tão comuns no período em que Bolsonaro ocupava a presidência da República e articulava suas relações internacionais com países muito específicos a partir de bases ideológicas e de valores reacionários<sup>14</sup>.

Nessa moldura, em um processo de importação e adaptação do conflito para o contexto brasileiro, o debate passa a ser produzido por interesses políticos estritamente locais. Posicionamentos são absolutizados. Os “de dentro e os de fora” passam a ser definidos de forma clara, sem deixar espaços para dúvidas sobre onde se localizar. Uma gramática ultraideologizada substitui perspectivas pragmáticas de análises políticas. Nesse sentido, há um letramento absoluto, e o uso de palavras específicas determinam se você pode falar ou se deve ser calado. Não há espaço para relativizações nem nuances.

Como não havia espaços para análises com nuances e complexidade, no evento da PUC era exigido que o expositor apresentasse, de início, suas credenciais ideológicas. Foi isso que ocorreu com Michel Gherman, ao iniciar sua participação no painel. Ao refletir sobre o que ocorreu no 7 de outubro, ele foi visto como alguém que “ignora” a dor das vítimas e que não “representa” posições dos judeus que estavam na plateia. O professor explica em um artigo (Gherman & Rocha 2023, 178) sobre sua experiência no debate da PUC:

*...as reações no Brasil ao ataque do Hamas e à resposta de Israel estão longe de ser parte de um debate apenas sobre política externa. (...) A mobilização nesse caso está também na ordem da política interna.*

14. Fazemos menção aqui às políticas de relações internacionais dirigidas pelo governo Bolsonaro e seus ministros das Relações Exteriores, que se articulam a partir de um eixo religioso-ultraconservador que se opunha a perspectivas republicanas e liberais. Esse eixo acabava sendo formado por países dirigidos por grupos ultraconservadores e de extrema-direita. Nesse eixo, a Israel imaginária era elemento de importante inspiração e mobilização de projetos políticos (Casarões & Farias 2022).

*Ao chegar ao auditório, tive uma surpresa. O público era enorme e parecia dividido. Alunos da PUC e uma certa militância judaica, ao que parecia também de estudantes da universidade, estavam lado a lado, como que disputando espaços no evento. Dentre as cerca de 100 pessoas por ali, notei jovens com camisas de Israel e símbolos judaicos. Confesso que ao vê-los fiquei aliviado, pois estava angustiado em ter que afirmar para militantes radicalizados [à esquerda] a importância de tratar os atos do Hamas como terror e barbárie. O alívio não tardou a passar completamente e virar angústia.*

Se havia ainda alguma dúvida sobre qual seria a reação da plateia, tudo parece ter ficado claro já no início da apresentação do professor:

*Ao começar a minha fala, antes dela inclusive, eu recebo insultos. Na página eletrônica do evento surge a hashtag “Michel não nos representa”. Parei e indiquei que realmente não estava representando ninguém ali. Queria apenas fazer uma análise. Da plateia perguntavam se eu considerava o Hamas terrorista, dizia que sim. Continuavam a me acusar de apoiar o Hamas. Quando apresentei a tese de que a ocupação dos territórios palestinos da Cisjordânia e de Gaza fortalecem o Hamas, fui acusado de apoiar o Hamas. Não adiantava o que dissesse. Eu era o “judeu de fora” que ameaçava e devia ser calado pelos “judeus de dentro”. O judeu imaginário devia calar publicamente o judeu real e contraditório. A gramática era a mesma do evento da Hebraica de 2017.<sup>15</sup>*

A presença do público não correspondia ao interesse acadêmico sobre o tema. O clima na sala onde haveria o painel era de competição, tensão com a plateia que aguardava o início. As pessoas pareciam estar ali não para escutar o que seria dito, mas para evitar que qualquer debate fosse feito. Aos poucos, ia ficando clara a impressão de que o evento seria performatizado por interesses políticos locais:

*Não demorei a entender qual era o alvo daqueles jovens estudantes que se apinhavam em um setor do auditório lotado. Um misto de indignação, raiva e desespero passava pelos rostos daqueles jovens que me assistiam tratar o Hamas como grupo terrorista, que falava de seus atos como barbárie e que tentava avaliar as consequências do terror como imensuráveis.*

---

15. Referimo-nos aqui à palestra de Bolsonaro como pré-candidato à presidência da República no clube judaico Hebraica Rio, onde o deputado federal utiliza a plateia, majoritariamente formada por judeus, para apresentar-se como um candidato de extrema-direita, utilizando a presença judaica para se higienizar das acusações de ser fascista.

As acusações aos membros da mesa foram ficando evidentes. Importante notar que os membros da mesa afetados eram justamente os judeus. A ideia do bolsonarismo de “dentro e fora” era repetida ali como fora feita anteriormente, em 2017, na Hebraica do Rio de Janeiro (Gherman & Klein 2021). Não adiantava ser judeu, era necessário estar vinculado com a direita judaica. Sem esse vínculo se perderia a judaicidade e o direito de falar a partir de uma posição de judeu (se transformaria em um “judeu de fora”). No caso, críticas à ocupação ou ao governo de Israel eram tidas como sinais explícitos não só de relativização, mas de traição da identidade judaica, do sionismo, de Israel e de tudo que fosse interessante para aquelas pessoas:

*Depois de minha fala houve ainda outro colega que apresentou suas impressões. Não fomos interrompidos em nossas explicações, entretanto a quantidade de dedos levantados durante as falas mostram esse desejo de que não terminássemos nossas falas. O desejo era de que parássemos de falar e que deixássemos que eles tomassem as rédeas do evento para si. Era como se o que dizíamos fosse, para alguns dos presentes ali, insuportável. Mas, mais que isso, era como se fosse algo a ser interditado, censurado, expulso daquele ambiente. No momento das perguntas efetivamente, uma jovem confirmou essas impressões. Havia ali um divórcio entre escuta e compreensão, entre falas e percepção do que era dito, entre nós e eles. Depois de receber o microfone, a jovem afirma, em sua análise, que alguns de nós não poderíamos estar na mesa. Dentre eles, eu estava interditado, pois, segundo suas palavras “não os representava” (Gherman 2023).*

A percepção clara era que eles não haviam ido ali para escutar um debate acadêmico, mas para afirmar suas posições:

*Demorou pouco tempo para que entendesse que não se tratava de uma reação espontânea de jovens àquilo que eu havia dito na mesa. Nada tinha a ver com nossas falas no painel. Como exemplo, documentos produzidos imediatamente depois de minha retirada, textos, vídeos e áudios mostravam que havia um projeto para o silenciamento de falas que não fossem alinhadas com aquelas pessoas (Gherman 2023).*

Durante o painel, começava a ficar nítido que o evento na PUC estava resgatando referências ideológicas importantes para a extrema-direita brasileira. Logo depois, nas redes sociais de deputados bolsonaristas, começavam a surgir

trechos do evento filmados por gente que estava na plateia, e a narrativa era que professores supostamente apoiadores do terrorismo eram confrontados por estudantes “fartos de doutrinação”.

Logo depois da palestra ter sido interrompida e de um dos professores ter se retirado, por efetivamente ter sido interrompido várias vezes, só tendo conseguido fazer as falas iniciais, em que apresentou suas posições sobre o 7 de outubro e suas consequências, documentos passavam a circular pela sala onde o evento acontecia denunciando que havia professores “antissemitas” ofendendo alunos judeus. O trecho abaixo da Revista Oeste (alinhada com a direita) foi postado na manhã do dia seguinte ao evento, dia 11 de outubro de 2024:

*Alunos judeus acusaram o docente de “antissemitismo”, em virtude de outros comentários proferidos no local que justificariam a postura do Hamas como “reação à resistência” e “ato desesperado”. Gherman rebateu ao afirmar que condenou os ataques. Uma estudante judia pegou o microfone para protestar. A jovem lembrou do assassinato de uma brasileira em Israel pelos terroristas e criticou o fato de Gherman não chamar os atos do Hamas de “ataques” [de terror] (Costa 2023).*

Outro comentário importante foi o do ex-secretário de Comunicação (SECOM) do governo Bolsonaro e um dos primeiros ativistas de extrema-direita a apoiar o então candidato no interior da comunidade judaica, Fabio Wajngarten, que, no mesmo dia do evento, fez uma publicação em sua conta do X, acusando (de forma descontextualizada) a professora Mônica Herz, mediadora do evento, também de antissemita: “Porque (sic) a professora da PUC Rio está gritando com a aluna? Ela não gosta dos judeus? Ela não gosta de Israel?” (@fabiowajngarten, 10 de novembro de 2023).

Por fim, vale dizer que uma lista de “professores apoiadores do Hamas” começou a circular no mesmo dia do evento na PUC-Rio. A matéria “Bolsonaristas organizam lista de professores que acusam de ser pró-Hamas nas redes”, de Maurício Meireles (2023), em 12 de outubro de 2023, descreve:

*Desde os ataques do Hamas a Israel, militantes de direita vêm se articulando na internet para associar a esquerda ao grupo terrorista. Agora, professores universitários viraram seus alvos. Desde esta quarta-feira (10), grupos de mensagens e perfis bolsonaristas vêm trabalhando para compor uma lista de acadêmicos que eles acusam de apoiar os extremistas palestinos.*

*Os bolsonaristas vêm circulando um formulário em que pedem nome, instituição de ensino e link do Currículo Lattes, além de imagens e arquivos associados a professores. O movimento foi identificado por pesquisadores que acompanham a direita radical nas redes e se aprofundou depois desta quarta-feira (10), quando um debate no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio resultou em uma discussão entre professores e alunos.*

*(...)*

*Um dos pesquisadores que notou a articulação de perfis de direita depois do episódio é o antropólogo David Nemer, da Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos. Ele diz ter notificado o Ministério da Justiça sobre a existência da lista de docentes: “A tática da lista é perigosa porque já foi usada antes, o que fez professores virarem alvo em todo o Brasil, especialmente fora dos grandes centros”, diz ele. “É preocupante, porque coloca a segurança do professor em risco. Eles tentam criar uma confusão conceitual para dizer que todo mundo na esquerda apoia terroristas.”*

*O movimento também fez soar o alerta no Núcleo de Estudos Judaicos da UFRJ. Lá, os pesquisadores têm monitorado a conversa nas redes – especialmente no X, o antigo Twitter – e já cruzaram com mensagens com ameaças contra Gherman. Eles também vêm notando a circulação de vídeos editados da palestra tanto em grupos da PUC-Rio quanto da comunidade judaica.*

O embate na PUC-Rio parece ter tido pouco a ver com posicionamentos e análises sobre Hamas e Netanyahu. Ao contrário, havia ali uso político de um tema de política internacional para reagrupamento de posições da extrema-direita no Brasil.

Na moldura absoluta ali proposta, ser crítico a Netanyahu colocava o palestrante ao lado do Hamas, da esquerda, do governo, de Lula, ou qualquer coisa nesse sentido. Ser crítico ao Hamas (e aos palestinos) representava o contrário, que você fazia parte de uma comunidade política e ideológica mais confortável e aceitável para setores da extrema-direita que ali estavam.

O debate na PUC estabelecia as fronteiras políticas que tornaram o conflito em Gaza um tema brasileiro. Esquerda e direita locais seriam definidas, a partir da plateia ali reunida, pelas posições sobre o conflito. Políticos de extrema-direita se apressaram em produzir material sobre o ocorrido. O escândalo de haver professores pró-Hamas em uma universidade brasileira buscava reaglutinar sentimentos mobilizadores dos anos anteriores: de que há um ambiente cultural dominado por uma esquerda que defende terroristas. Isso aponta efe-

tivamente para um interesse político de reorganização da extrema-direita brasileira a partir de agenda da política internacional.

### **“A DEFESA DO POVO JUDEU” E “LULA ANTISSEMITA”**

Um segundo momento que estabelece nova dinâmica entre relações internacionais e política local está relacionado a um comentário feito pelo presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, durante uma entrevista coletiva que ocorreu na reunião da cúpula da União Africana em Adis Abeba, capital da Etiópia, em fevereiro de 2024.

Durante o encontro, o presidente Lula afirmou ser necessário condenar tanto os ataques feitos pelo Hamas contra cidadãos israelenses (o que ele também fez logo depois de 7 de outubro), quanto “a resposta desproporcional de Israel aos ataques”. Enfatizando a importância em criticar os dois lados no conflito, Lula concluiu: “O Brasil condena o Hamas, mas o Brasil também não pode deixar de condenar o que Israel está fazendo na Faixa de Gaza” (Lula 2024).

Em entrevista coletiva realizada ao final desse evento na Etiópia, o presidente Lula se junta a um certo consenso internacional que começava a se formar naquele momento e que identificava a resposta militar de Israel aos ataques de Hamas como um genocídio. Nesse contexto, Lula comparou o que estava acontecendo na Faixa de Gaza justamente com a campanha de extermínio de Hitler contra os judeus europeus na Segunda Guerra Mundial. Nas palavras do presidente brasileiro:

*Não é uma guerra de soldados contra soldados. É uma guerra entre um exército altamente preparado e mulheres e crianças [...] O que está acontecendo na Faixa de Gaza e com o povo palestino não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu: quando Hitler resolveu matar os judeus (Lula 2024).*

*O embate na PUC-Rio parece ter tido pouco a ver com posicionamentos e análises sobre Hamas e Netanyahu. Ao contrário, havia ali uso político de um tema de política internacional para reagrupamento de posições da extrema-direita no Brasil. (...) O debate na PUC estabelecia as fronteiras políticas que tornaram o conflito em Gaza um tema brasileiro. Esquerda e direita locais seriam definidas, a partir da plateia ali reunida, pelas posições sobre o conflito.*

As reações ao comentário de Lula não tardaram a chegar. Entre os primeiros a se posicionar estavam algumas autoridades do governo de Israel, dentre elas ministros e o próprio primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. Acusando os comentários de Lula de serem “vergonhosos e graves”, o ministro das Relações Exteriores de Israel, Israel Katz, publicou em seus canais de mídia social respostas duras e diretas ao presidente brasileiro. Em um de seus posts ele afirmou que: “ninguém vai prejudicar o direito de Israel se defender” (@Israel Katz, 19 de fevereiro de 2024).<sup>16</sup>

E Katz não parou por aí. Já no dia seguinte ele convocou o embaixador do Brasil em Israel, Frederico Meyer, para receber uma repreensão, que simbolicamente foi realizada, de forma completamente fora dos protocolos, em reunião no Memorial ao Holocausto Yad Vashem, em Jerusalém. Nessa ocasião, Katz aproveitou para declarar que o presidente do Brasil passava a ser *persona non grata*, ou seja, não seria bem-vindo em Israel, até que retirasse os comentários e se desculpasse (UOL 2024).

O primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu também respondeu ao presidente brasileiro. Além de concordar com as mensagens de Katz, Netanyahu disse que: “Isso é uma banalização do Holocausto e uma tentativa de prejudicar o povo judeu e o direito de Israel de se defender. Fazer comparações de Israel com os nazistas e Hitler é cruzar uma linha vermelha”. Numa outra declaração, Netanyahu adicionou que “ao comparar a guerra de Israel em Gaza contra o Hamas, uma organização terrorista genocida, ao Holocausto, o presidente da Silva desrespeitou a memória de seis milhões de judeus mortos pelos nazistas e demonizou o Estado judeu como [se fosse ele] o mais virulento antissemita. Ele deveria ter vergonha”.<sup>17</sup>

No Brasil, as reações também não tardaram a chegar. Em uma delas, a Confederação Israelita Brasileira (Conib) – a principal organização nacional judaica no Brasil – identificou as declarações de Lula como “uma distorção perversa da realidade” que “ofende a memória das vítimas do Holocausto e seus descendentes”. Além disso, a Conib afirmou: “O governo brasileiro vem adotando uma postura extremada e desequilibrada em relação ao trágico conflito no Oriente Médio, abandonando a tradição da política externa do país de equilíbrio e busca do diálogo”.<sup>18</sup>

Já o presidente executivo da Federação Israelita do Estado de São Paulo, Ricardo Berkiensztat, responsabilizou Lula pelo fenômeno de crescimento de antissemitismo no Brasil e por colocar a comunidade judaica em perigo: “A situação pode se agravar”, Berkiensztat disse (Rabinovici 2024).

---

16. Têm sido constantes as referências negativas ao presidente Lula na página do Ministério das Relações Exteriores do X.

17. As declarações foram feitas em sua página oficial na rede X e em discurso (Granchi 2024).

18. Declarações feitas em nota à imprensa (Souza 2024).

Dias depois, o presidente da Conib, Claudio Lottenberg, trouxe efetivamente o tema do conflito em Gaza para o centro da política brasileira. Em declaração aos jornais brasileiros, Lottenberg afirma: “Devemos nos esforçar para não importarmos o trágico conflito do Oriente Médio para o cenário já tão polarizado do Brasil” (Estadão 2023).

Ao ligar o conflito distante com ameaças locais, uma nota oficial da Conib confirmou a preocupação do presidente da FIESP, Berkiensztat, dizendo que:

*As falas do presidente estimulam entre seus muitos seguidores uma visão distorcida e radicalizada do conflito, no momento em que os próprios órgãos de segurança do governo brasileiro atuam com competência para prender uma rede terrorista que planejava atentados contra judeus no Brasil (Estadão 2023).*

Mesmo o Instituto Brasil-Israel, que conta com a participação de elementos mais progressistas da comunidade judaica, criticou os comentários de Lula, afirmando que “A acusação [do Lula] reforça os extremistas de ambos os lados e enfraquece as partes que lutam por um futuro de coexistência para israelenses e palestinos” (Estadão 2023).

É importante notar que, ao contrário de países vizinhos, como a Argentina, o Brasil não tem histórico de violência coordenada contra judeus nem de antissemitismo organizado. Vale notar também que “a comunidade judaica” é bem mais complexa e diversa do que se nota pelas falas oficiais de representantes dos órgãos comunitários.

Esses posicionamentos, tanto por parte de fontes oficiais israelenses quanto por órgãos representativos da comunidade judaica brasileira, são ativados pela comparação das atuações do governo e do Exército israelense em Gaza com o que os nazistas faziam com os judeus europeus durante o Holocausto. Essa atitude é tida como uma blasfêmia política, já que o Holocausto é tratado como tema sagrado, não se permitindo comparar a solenidade do sofrimento “inédito e único” (Pacheco 2024) do povo judeu com nenhum outro tipo de violência e/ou prática genocidária. Nesse contexto, a comparação feita por Lula acabou perdendo o foco central de sua crítica: a resposta desproporcional de Israel aos cruéis ataques do Hamas.

Os números de vítimas são distintos em ordem de grandeza; o tamanho da destruição, inclusive infraestrutura de saúde, educação e governo, não tem medida, e as consequências sociais e políticas destacam a resposta de Israel como um crime principal que demanda a atenção mundial. Entretanto, a citação do

Holocausto – símbolo eterno de sofrimento e destruição judaicos – produziu uma reconfiguração do conflito no Oriente Médio em terras brasileiras.

Essa situação ficou ainda mais clara poucos dias depois dos comentários de Lula na Etiópia, quando, em 25 de fevereiro, dezenas de milhares de apoiadores do ex-presidente compareceram para uma manifestação em defesa de Jair Messias Bolsonaro na Avenida Paulista.

Dois momentos do evento aparentemente ligados a Israel ganharam a atenção da imprensa, tanto nacional quanto internacional, e devem ser aqui destacados: o primeiro foi a bandeira de Israel levantada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em cima do trio elétrico de onde se dirigiu à multidão, que também carregava muitas bandeiras de Israel. O segundo momento foi a fala-culto realizada pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que culminou com uma frase que repercutiu nas manchetes: “Abençoamos Israel em nome de Jesus!”.

A mídia interpretou o primeiro como sendo um repúdio aos comentários de Lula, feitos poucos dias antes. Entretanto, por meio da nossa pesquisa, reconhecemos outro significado nessas bandeiras e convocações da ideia de Israel: uma gramática ultra-conservadora e de extrema-direita que apropria símbolos israelenses e judaicos e os converte em símbolos da nova direita brasileira.

*[P]osicionamentos, tanto por parte de fontes oficiais israelenses quanto por órgãos representativos da comunidade judaica brasileira, são ativados pela comparação das atuações do governo e do Exército israelense em Gaza com o que os nazistas faziam com os judeus europeus durante o Holocausto. Essa atitude é tida como uma blasfêmia política, já que o Holocausto é tratado como tema sagrado, não se permitindo comparar a solenidade do sofrimento “inédito e único” (Pacheco 2024) do povo judeu com nenhum outro tipo de violência e/ou prática genocidária. Nesse contexto, a comparação feita por Lula acabou perdendo o foco central de sua crítica: a resposta desproporcional de Israel aos cruéis ataques do Hamas.*

Desde as passeatas de 2013, quando nasceu essa versão da extrema-direita, se veem bandeiras de Israel em todos os eventos da extrema-direita, erguidas tanto pelo futuro presidente Bolsonaro (e vestidas pela família dele), quanto pelas massas que o ouviam e o louvavam. Essa manifestação em fevereiro de 2024, organizada para apoiar Bolsonaro, que enfrentava um risco real de ser preso, e planejada bem antes da gafe que foi a fala de Lula na Etiópia, foi feita para ampliar sua mensagem. Ele tratou de assuntos nacionais que se utilizavam de contingências internacionais.

No segundo caso, por mais contraditório que possa parecer, essa bênção da ex-primeira-dama também faz parte de uma gramática bem desenvolvida que comunica claramente com sua plateia alvo. E essa plateia ecoava esse mesmo sentimento: quando foram abordados por repórteres que lhes perguntaram por que estavam carregando bandeiras de Israel na manifestação, os participantes responderam: “Porque somos cristãos, como Israel!”. Ou seja, nessa gramática, Israel não é entendido como um país judaico, mas está absorvido por uma visão evangélica como a terra de onde se originaram as raízes desse cristianismo de ultradireita.

Nesse contexto, a curiosa relação entre Brasil e Israel não é de dois países contemporâneos com interesses em comum, mas, sim, de um tipo de gêmeos não idênticos que compartilham um passado imaginado e sonham com um futuro unido. Nesse futuro, a Israel imaginária, concebida como um país branco, armado, capitalista e cristão, representa os valores e as qualidades desejadas por essa nova comunidade política no Brasil.

## FAZENDO POLÍTICA NACIONAL À DISTÂNCIA

Uma terceira instância que ilumina essa curiosa relação entre Brasil e Israel na história contemporânea foi a visita a Israel de Tarcísio de Freitas, governador do estado de São Paulo (estado brasileiro com maior população judaica do país), junto com o governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado. Em Tel Aviv, os dois foram recebidos e tiraram fotos junto ao primeiro-ministro e ao presidente de Israel.

*[P]or meio da nossa pesquisa, reconhecemos outro significado nessas bandeiras e convocações da ideia de Israel: uma gramática ultraconservadora e de extrema-direita que apropria símbolos israelenses e judaicos e os converte em símbolos da nova direita brasileira.*

Ao que parece, os dois viajaram até Israel não para realizar uma visita diplomática formal, mas para autopromoção eleitoral, apresentando-se como alternativas concretas de candidaturas pós-bolsonaristas para as eleições de 2026.

O fato de terem sido recebidos pelos representantes mais altos do governo de Israel sugere que os governadores brasileiros não só usaram a oportunidade para se destacar no patamar internacional com significados agudos no contexto nacional, como também mostra que o governo israelense, por sua parte, os convidou e usou a presença dos governadores para dar outra resposta ao presidente Lula: enquanto o presidente brasileiro é visto como inimigo por ter criticado Israel de maneira proibida, Israel recebe seus amigos brasileiros de braços abertos aos *flashes* de máquinas fotográficas.

Menos de um mês depois dos comentários de Lula na Etiópia, Freitas e Caiado viajaram para o exterior para criticar seu próprio governo. Em um evento realizado no dia 20 de março e organizado por instituições de brasileiros em Israel, os governadores de Goiás e São Paulo foram convidados a fazer discursos na cidade de Ra'anana, um centro de imigrantes brasileiros que se encontra próximo de Tel-Aviv, maior cidade do país. Em comum, os discursos de Caiado e Tarcísio elogiaram Israel e rejeitaram o posicionamento de Lula. Ambos afirmaram que Lula presidente não representa o Brasil (UOL 2024).

Em seu discurso em Ra'anana, Caiado pediu desculpas aos judeus como um todo, dizendo que o presidente brasileiro os “agrediu” em sua entrevista na Etiópia. Aqui, o governador de Goiás assume papel de representante do Brasil em relação a Israel e ao povo judeu ao afirmar que a fala de Lula não se alinha com “o pensamento do Brasil”, considerando que o país tivesse uma posição monolítica e fechada sobre o tema (Agostine 2024).

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, foi ainda mais incisivo em seu discurso do que Ronaldo Caiado. Ele não apenas equiparou o povo judeu com o Estado de Israel, foi além. Tarcísio elevou o conflito na Faixa de Gaza a uma luta pela civilização mundial, na qual Israel representaria o Ocidente, enquanto os palestinos seriam a barbárie. O governador reduziu o povo palestino ao terror, sem reconhecer seu *status* enquanto povo, nem seus direitos enquanto humanos: “Se Israel não estivesse aqui, a civilização ocidental iria acabar. A harmonia mundial depende do Estado de Israel. Israel vai impedir o avanço do terrorismo. Nós nunca tivemos dúvida de qual era o lado certo da história”, disse em evento na cidade de Ra'anana. E continuou: “Não ao Hamas, não ao Hezbollah, não ao terrorismo! (...) A posição do povo brasileiro nada tem a ver com a de seu presidente. Se alguém pretende ter uma posição de destaque deve se inspirar no exemplo de Osvaldo Aranha, não se aliar a terroristas”.

Os governadores de São Paulo e Goiás estiveram a convite da comunidade brasileira de Israel em um evento em homenagem às vítimas do massacre de 7 de outubro na cidade de Ra'anana. Importante notar que nenhum dos dois, Caiado ou Tarcísio, tinha se destacado por lidar com temas de política internacional, com questões ligadas ao Oriente Médio ou Israel. A visita deles ao Estado judeu se constitui em um ato muito específico de diplomacia, uma atitude diplomática relacionada com interesses internos eleitorais, uma diplomacia ideológica e política, com ausência quase completa de interesses bilaterais e pragmáticos.

Tarcísio e Caiado vão a Israel para chegar no coração do Brasil, principalmente ao coração do Brasil bolsonarista e de extrema-direita. Os discursos de ambos mostram isso claramente. Caiado desautoriza o presidente a falar em seu nome. Estabelece o Brasil verdadeiro (que apoia os judeus) e aponta o falso (que apoia o terror). Quase que em uma dinâmica de antidiplomacia, o lado escolhido não tem relação com coalizões internacionais ou com acesso a multilateralidade. Caiado decide falar em nome de uma comunidade política e ideológica à qual ele quer pertencer: em grandes traços, a chamada “civilização judaico cristã”; em resoluções menores, a comunidade bolsonarista de extrema-direita, da qual ele quer ser dono do espólio eleitoral.

O governador de São Paulo vai na mesma direção, apesar de ir além de Caiado em alguns pontos. Tarcísio assume um discurso conspiracionista, típico do continente da extrema-direita: se Israel perder a guerra, diz o governador, o Ocidente desaba. Bem e mal, nós e eles, cristãos e anticristãos. Tarcísio usa seus discursos para se comunicar com o bolsonarismo em busca de um novo líder; nesse contexto, decide conquistar, como um cruzado do século XXI, a Israel imaginária ameaçada por terroristas, fundamentalistas e bárbaros. Ele também desqualifica Lula e o governo brasileiro, mas faz isso usando uma linguagem típica do extremismo político de direita.

Por sua parte, na sua defesa contra tais acusações, o Planalto conseguiu distinguir entre o povo judeu e o governo de Israel, e acrescentou: “Lamentamos que governadores no exterior distorçam a posição do Brasil sobre o tema, em momento em que o mundo todo se preocupa com os civis palestinos” (Galisi 2024).

Nesses debates, não há espaço para sutileza. A direita insiste na sua capacidade de falar em nome do país como um todo, não tolera quem critica Israel, ao mesmo tempo que faz questão de desqualificar, em solo internacional, o governo de seu próprio país. Nesse contexto, o governo de Israel também é cúmplice no uso do Estado judeu para avançar agendas políticas brasileiras internas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos avaliar os discursos da extrema-direita utilizados em três momentos distintos – dois no Brasil: uma palestra na Pontifícia Universidade Católica do Rio e uma manifestação na Avenida Paulista; e outra em território estrangeiro: um evento realizado na cidade de Ra’anana, em Israel.

Nesses três casos, uma pretensa preocupação com temas internacionais ocupa a centralidade do discurso local. Israel, judeus e o combate ao Hamas ocupam espaço de agenda política específica, enquanto quaisquer setores que relativizam o tema, buscando análises mais complexas e diversas, são tratados como antagonistas e inimigos. A política internacional perde o lugar de agenda periférica e pouco importante na política eleitoral brasileira e vira referência com certa centralidade.

Se antes se dizia que nenhum voto era ganho pela agenda internacional, hoje pode-se dizer que há possibilidade, sim, de se perder voto quando determinadas agendas entram em campo. O conflito Israel-Palestina e a invasão de Gaza em sua versão mais recente são algumas delas. À esquerda e ao governo sobram o ônus de apoiar terroristas assassinos e o Hamas; à direita e aos bolsonaristas, o bônus de apoiar a civilização judaico-cristã, materializada em Israel e em seu governo atual.

Essa Israel imaginária, branca, armada, ultracapitalista e cristã ocupa o lugar de uma Israel mais concreta e sobrepõe-se a qualquer agenda internacional mais pragmática e objetiva. Relativizar e complexificar o tema transforma o interlocutor em “apoiador de terrorista” e “antissemita”. Foi isso que aconteceu no debate da PUC-Rio e nas reações produzidas pela Conib ao desas-

*Se antes se dizia que nenhum voto era ganho pela agenda internacional, hoje pode-se dizer que há possibilidade, sim, de se perder voto quando determinadas agendas entram em campo. (...) Essa Israel imaginária, branca, armada, ultracapitalista e cristã ocupa o lugar de uma Israel mais concreta e sobrepõe-se a qualquer agenda internacional mais pragmática e objetiva. Relativizar e complexificar o tema transforma o interlocutor em “apoiador de terrorista” e “antissemita”.*

trado discurso do presidente Lula. Nesse contexto, os setores mais à direita ocupam espaços positivos e confortáveis, como aconteceu em Ra'anana. Em uma perspectiva neoprovinciana, nada mais local do que a política internacional da nova extrema-direita brasileira. ■

---

## Referências Bibliográficas

---

Agostine, Cristiane. 2024. "Em Israel, Caiado diz ter pedido desculpas pela fala de Lula e Tarcísio afirma 'torcer pela paz'". *Valor Econômico*, 19 de março de 2024. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/03/19/em-israel-caiado-diz-ter-pedido-desculpas-pela-fala-de-lula-e-tarcisio-afirma-torcer-pela-paz.ghtml>.

AFP. 2024. "Israel declara Lula 'persona non grata' por comentários sobre o Holocausto". *UOL Notícias*, 19 de fevereiro de 2024. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/02/19/israel-declara-lula-persona-non-grata-por-seus-comentarios-sobre-o-holocausto.htm>.

Bakhtin, Mikhail. 1997. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição.

Casarões, Guilherme & Déborah Barros Leal Farias. 2021. "Brazilian Foreign Policy under Jair Bolsonaro: Far-right Populism and the Rejection of the Liberal International Order". *Cambridge Review of International Affairs* 35 (5): 741-761. <https://doi.org/10.1080/09557571.2021.1981248>.

Cesarino, Letícia. 2022. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora.

Costa, Cristyan. 2023. "Na PUC, professor diz que ataques do Hamas são 'resposta', e alunos reagem". *Revista Oeste*, 11 de outubro de 2023. <https://revistaoeste.com/politica/na-puc-professor-diz-que-ataques-do-hamas-sao-resposta-e-alunos-reagem/>.

Estadão. 2023. "Lula diz que Israel quer ocupar Gaza; comunidade judaica critica falas 'equivocadas e perigosas'". *Estadão*, 14 de novembro de 2023. <https://www.estadao.com.br/internacional/lula-diz-que-israel-quer-ocupar-gaza-comunidade-judaica-critica-falas-equivocadas-e-perigosas-nprei/>.

Gherman, Michel. 2012. "O sionismo e o uso político-pedagógico da memória da Shoá". In: *Seminário Internacional História Contemporânea: Memória, Trauma e Reparação*: 1-19.

<http://seminariomemoriatraumaereparacao>.

weebly.com/uploads/1/4/8/8/14881944/ghermanmanmichel.pdf.

Gherman, Michel. 2022. *O não judeu judeu: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo*. São Paulo: Editora Fósforo.

Gherman, Michel & Misha Klein. 2021. "Aquela noite: o lugar da Israel imaginária na nova direita brasileira". *Revista Antropológicas* Ano 25, 32 (2): 111-140. <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2021.251633>.

Gherman, Michel & Misha Klein. 2019. "Entre 'conversos' e 'desconversos': o caso da influência da nova direita brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro". *Estudios Sociales Del Estado* 5 (9): 101-115, 2019. <https://doi.org/10.35305/ese.v5i9.173>.

Gherman, Michel & Milleni Freitas Rocha. 2023. "Os que cavam encontram semelhantes – aproximações discursivas genocídrias entre Hamas e a extrema-direita israelense". *TRIEB* 2 (2): 175-192. [https://www.sbrj.org.br/\\_files/ugd/45e118\\_332e40300a9640df9eae2287d0fdee6c.pdf](https://www.sbrj.org.br/_files/ugd/45e118_332e40300a9640df9eae2287d0fdee6c.pdf).

Galisi, Juliano. 2024. "Governo Lula diz que Tarcísio e Caiado 'distorcem posição do Brasil' sobre guerra em Gaza". *Estadão*, 21 de março de 2024. <https://www.estadao.com.br/politica/governo-lula-planalto-tarcisio-freitas-ronaldo-caiado-distorcem-posicao-brasil-guerra-gaza-israel-nprp/>.

Granchi, Giulia. 2024. "Por que comparação de Lula entre Gaza e Holocausto enfureceu Israel?" *BBC News Brasil*, 20 de fevereiro de 2024. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1w1yl1z0glo>.

Judt, Tony. 2008. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. São Paulo: Objetiva.

Keller-Lynn, Carrie & Jacob Magid. 2023. "'There are 2 Million Nazis' in West Bank, says Far-right Finance Minister Smotrich". *Times of Israel*, 28 de novembro de 2023. <https://www.timesofisrael.com/there-are-2-million-nazis-in-west-bank-says-far-right-finance-minister-smotrich/>.

Klein, Misha. 2012. *Kosher Feijoadá and Other Paradoxes of Jewish Life in São Paulo*. Gainesville: University Press of Florida.

Meireles, Maurício. 2023. "Bolsonaristas

organizam lista de professores que acusam de ser pró-Hamas nas redes". *Folha de São Paulo*, em 12 de outubro de 2023. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/bolsonaristas-organizam-lista-de-professores-que-acusam-de-ser-pro-hamas-nas-redes.shtml>.

Milgram, A. "Entrevista de Avraham Milgram a Michel Gherman, Monica Grin e Bernardo Sorj". *Revista Eletrônica do NIEJ* 4: 3-29. [https://niej.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/05/Revista\\_do\\_NIEJ\\_2011.pdf](https://niej.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/05/Revista_do_NIEJ_2011.pdf).

Moura, Iara & Pedro Vilaça. 2024. "Mídia brasileira desvia o foco das vítimas e ataca crise diplomática Brasil-Israel". *Carta Capital*, 21 de fevereiro de 2024. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/midia-brasileira-desvia-o-foco-das-vitimas-e-atica-crise-diplomatica-brasil-israel/>.

Nora, Pierre. 1993. "Entre história e memória: a problemática dos lugares". *Revista Projeto História* 10: 7-28. <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>.

Onuki, Janina. 2020. "Política externa brasileira: só ventos do norte não movem moinhos". *Nexo Jornal*, 14 de janeiro de 2020. <https://www.nexojornal.com.br/politica-externa-brasileira-so-ventos-do-norte-nao-movem-moinhos>.

Pinkas, Alon. 2024. "For Netanyahu, it's Always 1938 and U.S. College Campuses are Nazi Germany". *Haaretz*, 6 de Maio de 2024. <https://www.haaretz.com/israel-news/2024-05-06/ty-article/.premium/for-netanyahu-its-always-1938-and-u-s-college-campuses-are-nazi-germany/0000018f-4dbc-d17f-adcf-fdff7ff0000>.

Pacheco, Ronilso. 2024. "Lula nos deu uma chance de enfrentar um dilema sobre o holocausto". *UOL*, 21 de fevereiro de 2024. <https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/2024/02/21/lula-nos-deu-uma-chance-de-enfrentar-um-dilema-sobre-o-holocausto.htm>.

Pollak, Michael. 1989. "Memória, esquecimento, silêncio". *Revista Estudos Históricas* 2(3): 3-15. [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf).

Pollak, Michael. 1992. "Memória e identidade social". *Revista Estudos Históricas* 5 (10): 200-215. <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>.

Rabinovici, Moisés. 2024. "Líderes judaicos condenam fala de Lula que critica ação de Israel em Gaza". *Band Jornalismo*, 18 de fevereiro de 2024. <https://www.band.uol.com.br/noticias/lideres-judaicos-condenam-fala-de-lula-que-critica-acao-de-israel-em-gaza-16668295>.

Souza, Matheus de. 2024. "'Governo Lula atinge pior avaliação após presidente comparar Israel com Holocausto', diz pesquisa". *Terra*, 6 de março de 2024. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/governo-lula-atinge-pior-avaliacao-apos-presidente-comparar-israel-com-holocausto-diz-pesquisa,dba552768aef3a713ceb40900c3b17f8x0x6z4zr.html>.

Souza, Renata. 2024. "Conib repudia comparação de Lula do conflito em Gaza com holocausto: 'distorção perversa da realidade'". *CNN Brasil*, 18 de fevereiro de 2024. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/conib-repudia-comparacao-de-lula-do-conflito-em-gaza-com-holocausto-distorcao-perversa-da-realidade/>.

UOL. 2024. "Em Israel, Tarcísio diz que fala de Lula não representa o povo brasileiro". *UOL*, 20 de março de 2024. <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/03/20/nao-representa-o-povo-brasileiro-diz-tarcisio-sobre-lula-em-israel.htm>.

Yitzhaki, Dafna, Tony Gallagher, Nimrod Aloni & Zehavit Gross. 2022. *Activist Pedagogy and Shared Education in Divided Societies: International Perspectives and Next Practices*. Leiden: Brill Publishers. <https://brill.com/display/title/62071?rskey=t1Rrhl&result=11>.

Zertal, Idith. 2005. *Israel's Holocaust and the Politics of Nationhood*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511497537>.

**Como citar:** Gherman, Michel & Misha Klein. 2024. "De Gaza à Avenida Paulista: repercussões e usos do conflito entre Israel e o Hamas na política brasileira (2023-2024)". *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 10 (Abr-Jun): 100-125.

**To cite this work:** Gherman, Michel & Misha Klein. 2024. "From Gaza to Avenida Paulista: Repercussions and Uses of the Conflict between Israel and Hamas in Brazilian Politics (2023-2024)." *CEBRI-Journal* Year 3, No. 10 (Apr-Jun): 100-125.

**DOI:** <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.10.02.05.100-125.pt>

Recebido: 17 de junho de 2024

Aceito para publicação: 25 de junho de 2024

---

Copyright © 2024 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.